

O reintegracionismo

Reintegracionismo: defesa da unidade linguística galego-portuguesa, isto é, do carácter lusófono da Galiza:

Distinção entre sistema e norma: um único sistema com diversas normas

As duas atitudes:

a) Obscurecimento da consciência de unidade galego-portuguesa: causas da tendência desmembradora:

1. Extrapolação do político ao linguístico: o nome *galego* (“língua galega”).
2. A ortografia castelhana.
3. A metodologia dialectológica.

c) A consciência da identidade linguística galego-portuguesa:

1. Os filólogos estrangeiros: Friedrich Diez, Gröber, Meyer-Lübke, Menéndez Pidal, Joan

Corominas...

2. Unidade das literaturas galega e portuguesa: Teófilo Braga (1877), António de la Iglêsia (1888), Bell (1922), Jacinto do Prado Coelho, Rodrigues Lapa...

3. Figuras da cultura galega: o Padre Feijoo (1676-1764), o Padre Sarmiento (1695-1772), Eduardo Pondal (1835-1917), Murguia (1833-1923), Viqueira (1886-1924), Vicente Risco (1884-1963), Vilar Ponte (1881-1936), Rafael Dieste (1899-1981), Castelao (1886-1950), Álvaro Cunqueiro (1911-1981), Carvalho Calero (1910-1990), Guerra da Cal, Paz Andrade, Jenaro Marinhas...

As razões da unidade linguística:

- 1) de carácter filológico: um único sistema linguístico com variantes acidentais
- 2) de carácter sócio-linguístico: a supervivência ameaçada (interna e externamente)

A importância da unificação ortográfica; o grau de dificuldade.

Manuel Murguia (1833-1923):

1891: “O primeiro, o nosso idioma [...]; o formoso, o nobre idioma que do outro lado desse rio [o Minho] é língua oficial que serve a mais de vinte milhões de homens e tem umha literatura representada polos nomes gloriosos de Camões e Vieira, de Garrett e de Herculano; o galego, em fim, que é o que nos dá direito à inteira possessom da terra em que fomos nados [...]. Podemos dizer com verdade que nunca, nunca, nunca pagaremos aos nossos irmãos de Portugal [...] sobretudo que hajam feito do nosso galego um idioma nacional. Mais afortunado que o provençal –encerrado na sua comarca própria– nom morrerá.” (Discurso pronunciado nos Jogos florais celebrados em Tui no ano 1891).

1906: “Comecemos polo estudo do idioma que falamos há mais de dez séculos. [...] Povo que esquece a sua língua é um povo morto [...]. O primeiro a nossa língua [...], a língua que falou este povo durante mais de dez séculos, que é a que falam e entendem cerca de três milhões de galegos, dezaoto milhões de habitantes de Portugal e dos seus domínios, doze do Brasil. Nom pode perecer um idioma que tem umha literatura gloriosa, e nomes que som orgulho da inteligência humana. Por isso, e para recolher na Galiza o seu verdadeiro léxico, dar a conhecer a sua gramática e afirmar a sua existência, fundou-se esta Academia.” (Na apresentação pública da Academia Galega, em 30 de Setembro de 1906 na Corunha).

(aprox. 1915?): “Había llegado a ser para mí cosa de verdadero empeño la publicación del presente libro. Aparte de su importancia manifiesta y el influjo que espero que ejerza bajo varios conceptos, como lo había anunciado tanto tiempo ha, no pasaba día sin que me recordase el compromiso contraído. A pesar de ello, graves inconvenientes me impedían arriesgarme, siendo el primero y principal el deseo que tengo de que, como cosa de la musa popular, y por esto mismo obra nacional, su ortografía, ajena a los caprichos de la que cada autor que escribe en gallego tiene para su uso, fuese lo que se dice nacional también, y si tanto pudiese alcanzarse, definitiva. Esperaba por ello que la Academia Gallega, en la cual pusimos todos tantas esperanzas, se decidiese y publicase la verdadera ortografía de nuestro romance, o cuando menos la más aceptable. El fracaso experimentado de la Academia en su creación, nos dice bien claro que ya no la tendremos jamás, y por lo mismo, que en la cuestión de la ortografía seguiremos por largo tiempo en la amable anarquía a que nos tiene condenados la voluntariedad y a veces la ignorancia de los que escriben en el idioma gallego.

Dispuesto a salvar tan grave escollo, hube de decidirme por lo más racional. El gallego y el portugués, me dije, son uno mismo en el origen, gramática y vocabulario. Por qué no aceptar la ortografía portuguesa? Si nos fue común en otros tiempos, por qué no ha de serlo de nuevo?

Sólo un total olvido, entre nosotros, de la lengua hermana, pudo hacer que se alcanzaran y prevaleciesen la especial confusión con que escribieron y escriben el gallego; atendiendo los unos, como es justo, al origen de las voces, atendiendo los otros a lo que da de sí la fonética, y en fin mermando los más sin tino inconsciente ambos sistemas. Para evitar tan grave inconveniente y sobre todo para echar de una vez las bases de una ortografía con la cual podamos y debamos conformarnos, me decidí por de pronto a seguir la portuguesa, modificada en aquella parte a que puede sin peligro asimilarse á la que la usamos. Un docto amigo mío, el Sr. Don Flor^o Vaamonde [= Florêncio Vaamonde Lores], se encargó de esta tarea, y él fue

quien copió como conviene las composiciones que forman el presente volumen. A él, pues, los aplausos”. (Prólogo ao seu libro inédito *O cancionero popular de Galicia*).

Álvaro das Casas:

1934: “Un dos máis fondos problemas que neste intre galego latexan na nosa concenza nazionalista, é o que se refire á lingua.

[...] Debemos, ao escribir, suxeitar-nos no posibre ao xeito portugués pra alongar os lindeiros da nosa xeografía idiomática?

[...] En primeiro termo coido que deberíamos suxeitarnos no posibre ao portugués, tanto máis que na maor parte desta posibilidade ficaríamos máis dentro das nosas formas orixinarias: *Deus* por *Dios*; *mai* por *nai*; *perto* (‘cerca’) por *preto* (que ten outra siñificazón: ‘negro’); *sinos* por *campás*; *xanela* por *ventá* ou *fiestra*; etc., etc., e mellor ainda si nos suxeitássemos á ortografía lusitán; centíficamente este é o noso camiño, e políteca i-económecamente os nosos eidos eistenderíanse nun dos máis vastos mundos lingoístecos. A este respeito sería moi comenente unha xuntanza de filólogos lusitáns e galegos que unificasen, no posibre, as nosas línguas”. («Valorización políteca da língua», em: *Alento* 5 (1934), pp. 87-90).

Manuel Rodrigues Lapa (1897-1989):

1932: “Para esta indispensável aproximação, é necessário em primeiro lugar reformar a ortografia galega no sentido da nossa ortografia oficial, sempre que isto seja possível, que quase sempre o é. [...] Teremos então um português ingénuo, delicioso, sabendo a velho, mas próprio para exprimir todos os matizes da sensibilidade [...]. Depois disto teremos um grupo português-brasileiro-galaico, com [...] milhões de pessoas falando, aproximadamente, a mesma língua”. (Entrevista no jornal lisboeta *Diário da Noite* de 24 de agosto de 1932).

1955: “A Galiza faz parte da nossa cultura, como faz parte da nossa língua, com tanto ou mais direito do que o Brasil, porque é nela que estão as raízes mais fundas do Portugal de outrora”. («Galiza e Portugal», em: *Anhembi* (São Paulo), núm. 60 (1955), pp. 490-504).

1974: “Não será difícil demonstrar que nenhuma solução do problema linguístico galego será possível sem ter em conta a existência de um galego literário que é hoje o português, falado por 120 milhões de indivíduos”. “o galego é fundamentalmente o português, e [...] precisa [...] de se aproximar do português culto até se confundir com ele, [...] o que já devia ter sido feito, e não foi, cem anos atrás”. (Artigo na revista *Vértice* (Coimbra), nn. 367-368 (1974)).

“O único remédio eficaz para a salvação do idioma, gravemente ameaçado, deverá ser uma decisiva aproximação com o português, que poderá considerar-se a expressão literária do galego. Tal aproximação, que levará a uma futura unificação das duas linguagens a nível literário, virá enriquecer notavelmente o pecúlio expressivo de uma e de outra. E o velho sonho dos «devanceiros», um Murguía, um Vilar Ponte e, sobre todos, um Castelao, será um dia, com o advento da autodeterminação, uma soberba realidade”. («A Galiza, o Galego e Portugal», 1975).

Celso Emílio Ferreira:

1979: “Concordo em parte com a tese de Rodrigues Lapa. Sem perder os seus vocábulos característicos nem a sua morfologia própria, a nossa língua deve achar-se, quando seja factível (hoje ainda não o é), à língua portuguesa [...], especialmente na grafia e nalgumas formas sintáticas que noutro tempo foram também galegas e que se perderam pola forte castelhanização do nosso idioma. Isto abrirá à nossa língua –e portanto à nossa cultura– perspectivas incalculáveis cara o mundo luso-brasileiro”. (Alfonso Magariños, *Galicia: conflicto e supervivencia*, Vigo: Castrelos 1979, p. 94).

Eduardo Blanco-Amor:

“Eu sou partidário de uma unificação lenta e mínima, começando pola ortografia, para que a imagem plástica do idioma lido ofereça menos diferenças, não ofereça ao português essa sensação de arcaísmo, de vacilação [...] que tem o galego para ele hoje”. (Victoria A. Ruiz de Ojeda, *Entrevistas con Blanco-Amor*, Vigo: Editorial Nigra, 1994, pp. 192-194).

Manuel María:

[Que opinas do reintegracionismo?]

– Estou a favor. [...]

[Entom crês válida a postura de Carvalho Calero.]

– Eu cuido que si. A de Carvalho Calero e a de toda a AGAL. Eu sou sócio da AGAL e estou com eles”. (Xosé M. del Caño, *Conversas con Manuel María*, Vigo: Ed. Xerais, 1990).

A perda de falantes do galego ao longo do século XX

Coluna 1	Coluna 2	Coluna 3	Coluna 4
Anos de nascimento dos falantes	Percentagem de falantes com o galego como língua inicial (ou materna) nesse período	Percentagem de falantes perdidos nesse período	Percentagem total de falantes perdidos até aí
até 1899	93 %	7 %	7 %
1900-09	90 %	3 %	10 %
1910-19	86,4 %	3,6 %	13,6 %
1920-29	81,8 %	4,6 %	18,2 %
1930-39	76,4 %	5,4 %	23,8 %
1940-49	69,8 %	6,6 %	30,4 %
1950-59	61,8 %	8 %	38,4 %
1960-69	50,7 %	11,1 %	49,5 %
1970-79	39,1 %	11,6 %	60,9 %
1980-89	23,8 %	15,3 %	76,2 %
1990-99	5,3 %	18,5 %	94,7 %

Nos anos 1920-1980:

